

ASALTO AL PARAÍSO EM UMA LÓGICA SUBVERSIVA E TRANSGRESSORA

Renata Ferreira Alves
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

Asalto al paraíso foi publicado em 1992, há exatos quinhentos anos após à intrusão europeia na América Latina, período de iniciais aversões ao termo descobrimento e à outras construções europeias; aversões que estimularam o resguardo do patrimônio cultural latino-americano como elemento de (re)construção identitária. Ao se apropriar do patrimônio imaterial de Costa Rica, Tatiana Lobo expressa em sua obra uma perspectiva crítica decolonial com relação à problematização da historiografia e da memória cultural e identitária costarricense. Dentro de uma lógica subversiva e transgressora, a autora adere a ficção como instrumento de releitura e questionamento das construções deturpadas que a experiência colonial e a historiografia perpetuaram durante décadas. O ponto de partida para a análise das estratégias escriturais advém dos aportes teóricos de Bhabha (2013) e Bonnici (2009). Com relação a capacidade crítica da obra, aproximaremos as estratégias discursivas detectadas à proposta autorreflexiva da “metaficção historiográfica” de Hutcheon (1991). E sob o respaldo dos Estudos Decoloniais, Quijano (2009; 2014) e Mignolo (2003; 2008) contribuirão para a reflexão das configurações epistemológicas regadas pela colonialidade do poder.

Palavras-chave: História, *Asalto al paraíso*, subversão, memória, patrimônio imaterial.

A imersão dos acontecimentos históricos em textos ficcionais tem sido uma tendência predominante nos projetos literários latino-americanos, pois, vinculados a uma política de (re)construção identitária, esses projetos assumem uma “atitude escritural de buscar o histórico como intertexto ativo” (TROUCHE, 2006, p.20). Segundo um dos mais aclamados teóricos contemporâneos da crítica pós-colonial, Homi K. Bhabha (2013, p.31), a resistência aos discursos hegemônicos ocorre diante do uso de estratégias inerentes ao poder colonial, que possibilita a recuperação de histórias reprimidas por esse poder. E as artes, mais especificamente as literaturas latino-americanas, vêm arquitetando diversas estratégias escriturais que propõem (re)afirmar as tradições culturais e recuperar a memória histórica dos povos subalternizados. Podemos sugerir, contudo, que a utilização da história nas

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.

www.xicongressohispanistas.com.br
contato@xicongressohispanistas.com.br



narrativas ficcionais, vinculada à outras estratégias, atua como um “intertexto ativo”, enfrentando uma constante busca em resgatar valores que garantem a fala das margens.

O romancista e crítico guatemalteco Arturo Arias argumenta que:

si estamos de acuerdo en que los textos narrativos son sistemas de representaciones simbólicas que generan ‘efectos de verdad’ a través de sus prácticas discursivas, (...) su estudio debe posibilitarnos la exploración de las transiciones tanto en la identidad como en la ideología (1995, p.73).

E o papel político do escritor literato torna-se crucial nesse aspecto. O interior das culturas colonizadas foi calcificado com uma certa fixidez dos parâmetros coloniais de poder que estratificou e desvaneceu a diversidade cultural nativa e propagou construtos identitários homogeneizantes. Buscando mostrar, através da relação: arte, realidade social e decolonialidade, como estas construções coloniais oprimiram e idealizaram histórias e memórias, o ato crítico do escritor deve “assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (BHABHA, 2013, p.36).

Diante disso, a viagem significativa de *Asalto al paraíso* escrita por Tatiana Lobo propõe uma descolonização da história oficializada, pois, ao aventurar-se nos fatos documentados do passado colonial de Costa Rica, responsável por criar as bases da identidade nacional do país, a obra, enquanto narrativa de extração histórica, apresenta uma problemática lógica diante do processo de oficialização dos acontecimentos. Em um artigo intitulado *Abordar la historia desde la ficción literária (o como destejer la bufanda)*, Lobo denuncia que:

[L]a identidad nacional se construye como una pared siempre a punto de desplomarse sobre las espaldas de los que la sostienen. No es espontánea ni dinámica, pretende ser inmutable. Obedece a un patrón establecido y trata de convencer que el tiempo pasa igual para todos. Para crear esta ilusión se inventó la historia patria y su relato de supuestos hechos fundadores que permite cohesionar a los ciudadanos alrededor de la Nación (2013, p. 2, grifos nossos).

Frente a construção histórica de identidade nacional, a qual segue a mesma estrutura dos romances, - ou seja, inscreve-se dentro de processos de seleção vocabular, cultural, social e cultural -, segundo a autora, a narrativa literária é o lugar em que o sujeito pode definir sua posição “de acatamiento o de rebeldía frente a la historia olímpica, con sus dioses y sus mitos” (LOBO, 2013, p.3). Ao longo de anos de



investigação dos fatos históricos registrados nos livros oficiais da história nacional de Costa Rica, a chilena-costa-ricense imerge na atitude escritural política de apresentar, em seu primeiro romance histórico, “os passados não ditos” da nação costa-ricense, arquitetando diversas estratégias que problematizam tanto a própria construção historiográfica nacional, quanto os ideais mnemônicos de cultura e identidade.

O tema central da narrativa gira em torno da insurreição indígena liderada por Pa-brú Presbere. No entanto, a estratégica organização do universo ficcional apresenta o período colonial costa-ricense através de um protagonista fugitivo da Inquisição espanhola, Pedro Albarán. Entre 1700 e 1710, Albarán foi “la *pluma anónima* que escribía actas, mortuales, testamentos, denuncias, uno que otro embargo, uno que otro decomiso y una inmensa cantidad de asuntos pajosos (...)” (LOBO, 1998, p.49, grifos nossos).

O protagonista, encobrimdo sua condição de fugitivo, é agraciado com o ofício de escrivão do governo e da igreja local que estavam em busca de uma pessoa que “lo único que tiene que hacer es escribir lo que digan. Nada más” (LOBO, 1998, p.96). E assim, Pedro, imerso em um anonimato, “llevaba las columnas como se lo indicaban” (LOBO, 1998, p.57). Documenta os acontecimentos considerados relevantes pelos poderosos, “que luego firmaba el escribano [oficial], José de Prado” (LOBO, 1998, p.49). A condição mascarada de escrivão torna-se uma grande aliada do poder colonial, que apresenta recursos de manipulação dos documentos, sem obter questionamentos ou oposições por parte de Pedro.

Dentro da narrativa, o processo de documentação dos acontecimentos decorre sob dois eixos aparentemente contraditórios, mas fundamentais: ausência e presença. A escrita obediente deixa de fora, por exemplos, as *cuentas privadas*. Como ressalta o narrador da obra, “jamás entró en los libros la pérdida sistemática que, por concepto de juegos de naipes y dados, tenía el guardián cada semana (...). Esas eran cuentas privadas que el guardián llevaba personalmente en discreta soledad (...)” (LOBO, 1998, p.57, grifos nossos). Os acontecimentos não documentados são contrastados com fatos documentados que não aconteceram, isto é, “las vacas desaparecidas o los dineros faltantes, se hacían cuadrar, en los libros, con *imaginarias donaciones* que Pedro nunca indagó” (LOBO, 1998, p.57, grifos nossos).



E assim a oficialização manipulada dos acontecimentos ocorre no universo ficcional articulado por Tatiana Lobo.

Não é necessário ressaltar que, devido a sua escrita obediente, todos do poder colonial “estaban muy satisfechos con ese escribiente atento y discreto” (LOBO, 1998, p.49). Em contrapartida, a escrita, associada aos abusos e à corrupção das instituições de poder entre a população majoritariamente indígena e mestiça, é temida. “[S]e le teme aquí a la palabra escrita; a nadie le gusta ver a la palabra impresa” (LOBO, 1998, p.259, grifos nossos). Maureen E. Shea (2002) argumenta que o conflito entre oralidade e escrita nas Américas tem uma larga história, “desatando una guerra entre culturas distintas, la occidental caracterizada por la importancia central de la escritura alfabética y la indoamericana definida por una larga tradición oral” (p.2).

Esta dualidade entre veneração e temor pela palavra escrita é bastante representativa na narrativa de Lobo. Além de apresentar o “amortiguamiento de una cultura oral indígena” (SHEA, 2002, p.2), revela a capacidade que as escrituras oficializadas tiveram em subjugar e em destruir ou silenciar as memórias e as histórias autóctones. Por isso, a primeira ação do levante indígena representada na narrativa foi neutralizar o poder das escrituras consideradas sagradas. “Fue desojado el misal del sacrificio (...). Cayeron las letras muertas. (...) Cayeron como palomos heridas” (LOBO, 1998, p.216). Essa representação da resistência indígena coloca, pois, como resalta Maureen E. Shea, “su marco sobre una página de la historia que los ha dejado de afuera” (2002, p.8).

Ao metaficcionalizar um processo de escrita problematizando suas bases estruturais, Lobo articula uma estratégia que podemos caracterizar como estratégia escritural decolonial. Linda Hutcheon em seu livro *Poética do pós-modernismo* (1991) apresenta alguns argumentos que vão caracterizar as narrativas que têm por objetivo ficcionalizar acontecimentos históricos. Segundo a autora, o modelo celebratório e unificador, o qual caracteriza o conceito Romance Histórico de Georg Lukács, já não dá mais conta dos questionamentos trazidos por estas narrativas históricas contemporâneas, que carregam em sua estrutura a autorreflexividade metaficcional. Hutcheon propõem, assim, o termo metaficção historiográfica que se



caracteriza por não reconhecer mais “o paradoxo da realidade do passado, mas a sua acessibilidade textualizada para nós atualmente” (1991, p.152).

Thomas Bonnici afirmar que a “descolonização é o processo de desmascaramento e demolição do poder colonial em todos os seus aspectos” (2009, p.272). Quando Lobo em *Asalto al paraíso* dedica-se a arquitetar um universo ficcional com bases históricas e, no interior da narrativa, representar as manobras pelas quais a atividade de documentação foi submetida, ela desestabiliza a aura da veracidade histórica. Feito isso, as histórias fundacionais, especialmente as de países assolados pela colonização, conhecidas por sua unidade e homogeneização, passam por importantes questionamentos: “como é que conhecemos o passado? O que é que conhecemos (*o que podemos conhecer*) sobre ele no momento?” (HUTCHEON, 1991, p.152, grifos nossos). A autorreflexividade metaficcional atua internamente, provocando o próprio fazer histórico e estabelecendo “a ordem totalizante, só para contestá-la, com sua provisoriedade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radicais” (HUTCHEON, 1991, p.155).

Desde a chegada dos espanhóis, os territórios, posteriormente enquadrados em um continente denominado americano, foram mais imaginados do que vistos. Neste sentido, já propunha o historiador Edmundo O’Gorman que o tão disseminado e aclamado conceito “descobrimto da América” fosse substituído por *La Invención de América* (1958), no qual evidencia com mais veracidade o processo operativo de caracterização subjetiva do continente, como, por exemplo, a ideia de um pedaço de terra sem memória. André Trouche inicia seus argumentos no livro *América: história e ficção*, da seguinte forma:

14 de fevereiro de 1493. Um ponto qualquer do oceano Atlântico, na altura das Ilhas Canárias. 18h 30min. Findas as manobras de ancoragem para o pernoite e alimento, o Almirante se dirige, sisudo e pensativo para sua cabine, no alto do castelo da popa. (...) A desafiá-lo, duas tarefas distintas e complementares: informar e justificar (...). Duas tarefas eminentemente verbais... (2006, p.17, grifos nossos).

Imaginando a força discursiva dos primeiros escritos históricos da América, Trouche evoca as primeiras ações que deram início, - “totalmente no âmbito exclusivo da visão europeia, balizada pela retórica do maravilhoso, próprio à crônica historiográfica renascentista” (2006, p.18) -, ao construto imagético e identitário americano imposto. A perspectiva eurocêntrica, com todas as suas concepções de

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



cultura, religião, história e, inclusive, de humanidade, foi a responsável por idealizar e verticalizar o cenário americano, utilizando um eficaz instrumento de propagação: a escrita. Como afirma Arias, “la palabra nombra; la palabra indica; la palabra simboliza. La palabra es, por lo tanto, por esencia, un signo ideológico” (1992, p.42).

As descrições, que desde então se realizaram sobre a região e seus habitantes, criaram uma identidade fictícia, na qual reproduzem um imagético cenário acorde com os projetos globais de hierarquização e estratificação de categorias sociais. Igualmente a outras regiões – e ao mesmo tempo apresentando especificidades próprias –, Costa Rica foi, segundo ressalta a professora e doutora María Isabel Carvajal Araya, “repartida y saqueada a conveniencia” (2011, p.17). O discurso oficial do país, por exemplo:

hace creer que nuestros indígenas fueron más bien sumisos y hasta cobardes y, como soporte a esta idea, los relatos que mencionan rebeliones y luchas encarnadas permanecen silenciados o apenas citados brevemente por el discurso oficial y hegemónico (ARAYA, 2011, p.18).

O antropólogo Carlos Leonel Borge Carvajal (2013) afirma que foram incontáveis os atos de resistências armada contra a colonização espanhola na região atlântica, hoje conhecida como Talamanca, todavia pouquíssimos são os dados históricos que exaltam esses acontecimentos ou, quando aparecerem, apresentam argumentos partindo de um horizonte colonizador. Tomamos como exemplo os acontecimentos históricos ficcionalizados por Tatiana Lobo em seu romance *Asalto al paraíso*, que levaram à resistência armada grupos indígenas em 1709. Os seguintes extratos, retirados de um texto histórico oficial escrito em 1889 por León Fernández, diz o seguinte:

Los indios sublevados incendiaron catorce iglesias que los misioneros habían edificado en los pueblos de Talamanca y quemaron los ornamentos, las vestiduras y los cuerpos muertos. Perecieron en las diversas refriegas que tuvieron con los indios diez soldados españoles. En su retirada á Cartago, fray Antonio de Andrade y sus compañeros se vieron obligados a comer yerbas y cuero por carecer de víveres (p. 294).

E o motivo para tal revolta, como retrata o texto histórico, foi porque:

El cacique Pablo Presbere (...) vio á los religiosos y á los soldados escribiendo cartas y se figuró que lo hacían para llamar á los españoles. En consecuencia, sublevó casi todos los pueblos de la comarca, y en unión de muchos indios Borucas, Cabécaras y Térrabas fué á San Francisco de Urinama y mató en el convento á fray Pablo de Rebullida y á dos soldados. De allí fueron los sublevados á Chirripó

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



y mataron á fray Antonio de Zamora, á dos soldados, á una mujer y un niño (...)
(p. 293, grifos nossos).

Segundo essa perspectiva histórica, a resistência indígena liderada por Presbere foi resultado de uma má interpretação por parte de seu líder. Lobo, entretanto, pressupõe, em sua narrativa ficcional, que para estes grupos subalternizados pelas organizações coloniais, “ha llegado el momento de despertar” (1998, p. 181) e os deuses, “los señores del aire y de la tierra” (p. 12), trataram de ajudar seus devotos dando vida à Pa-brú Prebere. Sobre a figura histórica desse líder indígena, responsável pela resistência armada – e também personagem do romance analisado –, o discurso histórico o descreve como o “más temido en toda la Talamanca” (1889, p. 313), já Lobo apresenta um líder guerreiro, enviado pelos deuses para “que pusiera remedio al terrible daño que causaban los extraños con su crueldad y su codicia” (1998, p. 12).

O trato argumentativo dos discursos hegemônicos trabalha com a memória e a identidade dos grupos subalternizados sob a óptica “castradora ou inibidora do colonizador” (COUTINHO apud MERINO, 2016, P. 165). No ensaio intitulado *Poder, derecho, verdad*, Foucault defende que o poder produz efeitos de verdade. Essa verdade se faz lei e gera um discurso que a cognição humana assume como verdadeiro. Os mecanismos de controle que se acionam, graças a esses discursos, exercem um controle sobre a população de maneira sutil (FOUCAULT, 1992, p.43). Enquanto instrumento dos discursos autoritários, políticos e eclesiásticos, a escrita conspirou a favor de construções estereotipadas e dos silenciamentos na América, trabalhando para controlar as articulações dos outros do império e extorquir suas presenças de fala e ação das páginas da história (BARBAS-RHODEN, 2003, p.127).

A memória histórica do indígena Pa-brú Prebere, por exemplo, sofreu durante séculos com as manipulações discursivas do poder colonialista. Um ano após a publicação de *Asalto al paraíso* (1992), novela premiada e considerada por muitos críticos costa-ricenses como uma “inapreciable ayuda para conocernos mejor a nosotros mismos” (GUTIÉRREZ apud LOBO, 1998, contra-capá), a figura e as ações de Prebere começaram a ser homenageadas. Inaugura-se uma estátua de bronze de 3,12 metros de altura, na qual a figura esculpida do indígena apresenta o punho fechado sobre a cabeça, como símbolo de sua resistência. No entanto, Araya



denuncia que, em 1997, ano em que a Assembleia Legislativa de Costa Rica passou a considerar Presbere como defensor da liberdade dos povos indígenas, “se conmemoró el ‘fallecimiento’ de Pablo Presbere” (2011, p. 18, grifos nossos).

A escolha lexical atribuída ao ato comemorativo é bastante representativa do poder discurso dominante sobre a memória dominada. Em primeiro lugar, Pablo, nome anteposto à Presbere nos atos de celebração nacional, é um nome castelhanizado dado ao personagem histórico, Fernando González Vásquez ressalta que:

según Albir Morales, bribri, por entonces líder cultural en las comunidades de Amubri y Cachabri, Presbere no se llamó Pablo, sino Pa-brú, que quiere decir ‘jefe o rey de las lapas’ (pa significa en bribri lapa y buLu’ o bLu’ jefe o cacique; la ‘L’ representa en la grafía para dicho idioma, un sonido intermedio entre la ‘r’ y ‘l’ que no existe en español, por lo que se opta utilizar la ‘r’ para mayor comprensión) (2013, p. 8).

Em segundo lugar, Presbere não faleceu por causas naturais, ele foi executado e decapitado em praça pública, como aponta um trecho da sentença do líder indígena documentada pela narrativa oficial:

En los autos y causa criminal que de oficio de la Real justicia he seguido y sigo sobre la conspiración y alzamiento de los indios infieles [...] Fallo que debo de condenar y con deno al dicho Pablo Presbere, por lo que contra él está probado, sin embargo de la negativa que tiene hecha en su confesión, que sea sacado del cuarto donde le tengo preso, y puesto sobre una bestia de enjalma y llevado por las calles públicas de esta ciudad con voz de pregonero que diga y declare su delito; y, extramuros de ella, arrimado á un palo, vendados los ojos ad modum belli sea arcabuceado, atento á no haber en ella verdugo que sepa dar garrote; y luego que sea muerto le sea cortada la cabeza y puesta en el alto que todos la vean en el dicho palo [...] (FERNÁNDEZ, 1889, p. 297-298).

Diante disso, é notório, como argumenta Araya, “el encubrimiento que se continúa haciendo de la realidad de los hechos” (2011, p. 19).

Se, como sugere Leonardo Barci Castriota, o “patrimônio cultural é uma construção social, resultado de processos sociais específicos espacial e temporalmente” (2009, p.106), dentro de territórios submetidos aos abusos coloniais e posteriormente à colonialidade do poder, como definir o que é patrimônio cultural sem abandonar ou rechaçar memórias, histórias, lugares, etc., de grupos que foram colocados às margens dos ideias de cultura e sociedade? Mais paradoxo ainda é pensar nas concepções que giram em torno do conceito de patrimônio imaterial. Enquanto os patrimônios materiais referem-se aos bens

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



concretos e, ainda assim, já carregam a possibilidade de avaliação seletiva por parte dos órgãos administradores, podemos dizer que os bens imateriais, que se constituem sobre as “formas de expressão’ e nos ‘modos de criar, fazer e viver’, que são manifestações eminentemente intangíveis” (CASTRIOTA, 2009, p.218), assumem uma avaliação ainda mais seletivas.

A tradição histórica costa-ricense tratou de apagar as manifestações culturais indígenas e, com isso, durante séculos não atribuía valor à essas formas de expressão cultural. Araya argumenta que o projeto nacional costa-ricense articulou um “imaginario de nación al valle central y a sus moradores, a la vez que se ignoró, casi en su totalidad, a los indígenas y a los habitantes de las costas, sus costumbres y a sus estilos de vida” (2001, p. 16-17). Consequentemente, até o *Programa de Rescate y Revitalización del Patrimonio Cultural de Costa Rica* de 2011, a memória e a cultura de um dos grupos indígenas guerreiros do país eram desconsideradas.

Localizado na região sul de Costa Rica, o povo Buroca ou Brunka, durante décadas, partilham uma celebração bastante representativa de sua identidade e cultura, o chamado *Cabrú rójc*, em língua boruca, ou *Juego de los Diablitos* em espanhol (VARGAS, 2014). A celebração, segundo Natalia Cedeño Vargas (2014) em artigo publicado em plataforma digital, é uma espécie de procissão que dura três dias, na qual “dos personajes principales aparecen en escena, el toro, que representa al español y los diablos representantes de la comunidad indígena”.

De maneira irônica os indígenas vestem-se de *diablitos*, categorização católica referente àqueles que exercem rituais religiosos distintos dos do cristianismo, e dentro de etapas vão enfrentando *el toro*, cujo objetivo é matá-los. Resumidamente, entre lutas e derrotas os indígenas capturam *el toro* e ritualizam um sacrifício em sinal de celebração do trinfo transitório, já que, no ano seguinte, a luta volta a ser repetida. E a persistente celebração anual vai além da luta “entre el invasor español y la comunidad indígena, simboliza además el esfuerzo constante de las comunidades indígenas por defender sus tradiciones, costumbres, creencias e idiomas” (VARGAS, 2014).

Essa celebração, entretanto, permaneceu oculta entre das festividades nacionais durante séculos, sendo unicamente celebrada pelos grupos Burocas (ARAYA, 2011, p.22-23). Diante de reivindicações, de programas de resgate e



revitalização da memória identitária, histórica e dos atos de resistências destes povos, que tanto sofreram com as construções colonialistas, em 14 de dezembro de 2017, sob o Decreto Nº 40766-C, o *Juego de los Diablitos* é declarado Patrimônio Cultural Imaterial das comunidades Burocas e Rey Curré. Daí a importância do pensamento decolonial vinculado às ações políticas nacionais. Sejam elas as políticas de classificação de Patrimônios Culturais, políticas educacionais e governamentais ou, simplesmente, atitudes políticas em práticas artísticas, como a literatura.

Voltando a lógica subversiva e transgressora da narrativa de *Asalto al paraíso*, o contraste da perspectiva histórica implantado pela atitude política da escritora chilena-costa-ricense Tatiana Lobo atua dentro do chamado giro decolonial, com o objetivo de “aprender a desaprender, a fim de voltar a aprender” (WASI apud MIGNOLO, 2008, p. 323). Essa atitude política vai além dos parâmetros estruturalmente literários, isto é, a criação de uma estrutura narrativa bem articulada, com um excelente domínio de escrita. De acordo com a professora e doutora Ximena Díaz Merino (2016) “el sujeto latinoamericano comprometido con los procesos de resistencia, entendidos como la lucha que objetiva la recuperación de una historia y de una cultura, se transforma en un sujeto denunciador y, luego, de emancipación cultural” (p. 167). A narrativa ficcional articulada por Lobo sugere uma desobediência epistêmica na qual se “desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Ao resgatar os acontecimentos históricos que levaram a resistência armada dos grupos indígenas de Costa Rica através da escrita literária, partindo de uma perspectiva oposta à apresentada pelas narrativas do poder, Lobo trabalha com uma outra estratégia subversiva. Do ponto de vista decolonial, a reescrita é um fenômeno literário que “gira em torno de certos textos particularmente preeminentes e simbólicos que o discurso dominante irradiava para impor sua ideologia” (BONNICI, 2009, p. 271). Se de um lado a memória da figura histórica de Prebere e seus atos de resistência são perpetuados pelos discursos oficializados como: bárbaros; “cacique” temido pelo seu próprio povo; ações violentas por motivos torpes, do outro, Lobo apresenta a memória de um líder indígena que lutou para defender sua mãe Terra e seu povo das barbaridades coloniais.



Com tudo, podemos dizer que *Asalto al paraíso*, por intermédio de uma atitude crítica decolonial por parte de sua autora, contribui para o resgate e revitalização da memória identitária dos povos autóctones de Costa Rica. Dentro de um percurso temporal, a narrativa contribui ainda para a valorização dos atos de resistência desses povos, que desde os primeiros momentos da intrusão até a contemporaneidade, persistem em resistir memorial, identitária e culturalmente.

REFERÊNCIAS

ARAYA, María Isabel Carvajal. *Programa de Rescate y Revitalización del Patrimonio Cultural*. **Revista Herencia**. 2011, v. 24.

ARIAS, Arturo. *Conciencia de la palabra: Algunos rasgos de la nueva narrativa centroamericana*. **Hispanamérica**. 1992, v. 21, n. 61, p. 41-58.

BARBAS-RHODEN, Laura. *Writing women in Central America: gender and the fictionalization of history*. Ohio University Press, 2003.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. **Resistência e intervenção: nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: EDUEM, 2009.

_____; ZOLIN, L. O. Teoria e crítica pós-colonialistas. *IN: Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EDUEM, 2009, v. 3, p. 257-285.

CARVAJAL, Carlos Leonel Borge. *Pablo Presbere Defensor de la libertad de los Pueblos Originarios*, 2013. Disponível em: <https://guiascostarica.info/personajes/pablo-presbere/#:~:text=Fueron%20incontables%20las%20sublevaciones%20contra,regi%C3%B3n%20espa%C3%B1ola%20del%20mismo%20topon%C3%ADmico.&text=Esta%20pol%C3%ADtica%20de%20desarraigo%20de%20la%20Corona%20Espa%C3%B1ola%20provoc%C3%B3%20la%20insurrecci%C3%B3n>. Acesso em: 10.08.2020.

COSTA RICA. ARCHIVOS NACIONALES. *Indice de los protocolos de Heredia, 1721-1851*. Tipografía nacional, 1904. Disponível em: <https://archive.org/details/indexedelosproto02cost/page/n3>. Acesso em: 20.08.2020.

DIAZ MERINO, Ximena Antonia. “Giro de-colonial” y “Gnosis Fronteriza”: (re)constitución (des)construcción de las imagenes. *IN: DIAZ MERINO, Ximena Antonia; CRUZ, Antonio Donizeti; ALVES, Loudes Kaminski (org.). Imagens das Américas: Interfaces sociais, culturais e literárias*. Cascavel: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2016, v.1, p. 165-190.



GONZÁLEZ VÁSQUEZ, F. *Tatiana Lobo: artífice de la palabra*. **Revista Comunicación**, v. 12, 2013. Disponível em: <https://revistas.tec.ac.cr/index.php/comunicacion/issue/view/164>. Acesso em 10.07.2020.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LOBO, Tatiana. **Asalto al paraíso**. San José, C.R.: Editorial Costa Rica, 1998.

_____. *Abordar la historia desde la ficción literaria (o cómo destejer la bufanda)*. **Revista Comunicación**, v. 12, n. 23, p. 1-8, 2005.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade**, v. 34, p. 287-324, 2008.

O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. México: FCE, 1958.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Edgardo Lander (ed.). *IN La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: Clacso, 2000, p. 201-246.

_____. *Colonialidad del Poder y Des/colonialidad del Poder*. In: **Conferencia dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires. 2009. p. 1-15.

_____. *Colonialidad del poder y clasificación social*. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, n. 5, 2014.

SHEA, M. E. *Asalto al paraíso: Tatiana Lobo asalta la historia oficial*. **Revista Comunicación**, v. 12, n. 23, 2002.

THOUCHE, André Luiz Gonçalves. **América: história e ficção**. Rio de Janeiro: EdUff, 2006.

